

Culturas, Políticas e Novas Identidades

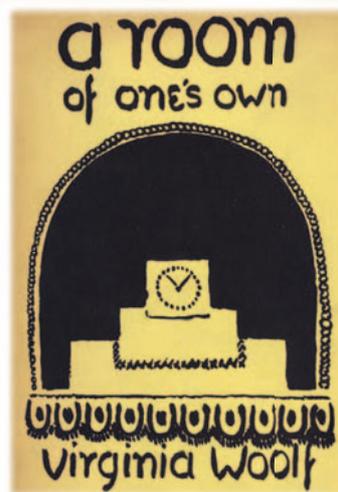
Uma Leitura Europeia sobre Questões de Género na Ásia

Clara Sarmento*

INTRODUÇÃO

Este ensaio discute algumas leituras críticas de textos teóricos da área das ciências sociais e humanas sobre o estatuto de género em países asiáticos, tentando estabelecer quais as suas principais problemáticas e metodologias. Presta especial atenção à questão das vozes femininas silenciadas e das práticas ignoradas do quotidiano das mulheres, problematizando o que sucede – ou pode suceder – quando às mulheres é permitido não só possuir um espaço social próprio (“*a room of their own*”, para citar Virginia Woolf), mas também uma voz própria.

Apesar de Edward Said ter sido acusado de ignorar as questões de género, o conceito de hegemonia de género – expresso através das representações hegemónicas do “outro”, do silenciado – recorda o “orientalismo” de Said, a representação artificial daquilo que o não-



-oriental transformou em símbolo de todo o Oriente, nomeadamente quando Said cita Karl Marx: “Eles não podem representar-se a si próprios; têm de ser representados”.¹ Said estava consciente de que o conceito ocidental de orientalismo implicava uma concepção masculina

particular do mundo, mais evidente em romances e diários de viagem, onde as mulheres eram geralmente criaturas da fantasia masculina de poder, tal como a Kuchuk Hanem de Gustave Flaubert. Esta concepção masculina do mundo oriental tende a ser estática, sem qualquer possibilidade de alteração e desenvolvimento, construindo-se assim o estereótipo do “eterno oriental”. E isto também se aplica à eterna essência das mulheres orientais, tal como são representadas em estereótipos e imortalizadas pelos media, pela cultura popular e pelos discursos oficiais, reflectindo a teoria de Said de que os indivíduos dominados (as mulheres, tal como o “oriental”) nunca falam de si mesmos, das suas verdadeiras emoções, desejos e histórias: têm de ser representados, alguém tem de falar por si.

No âmbito deste estudo, analisam-se alguns processos ideológicos e retóricos através dos quais a identidade das mulheres é construída e representada, tanto pelas próprias mulheres, como por vozes substitutas. A etnografia, a antropologia, a historiografia,

* Doutorada em Cultura Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Professora Coordenadora no Instituto Politécnico do Porto, directora do Mestrado em Tradução e Interpretação Especializadas, coordenadora do Centro de Estudos Interculturais. Vencedora do “American Club of Lisbon Award for Academic Merit”, *visiting scholar* na Brown University, EUA, e vencedora do Prémio CES para Jovens Cientistas Sociais de Língua Oficial Portuguesa. Autora de numerosos livros e ensaios nas áreas da Literatura, Estudos Culturais e Interculturais e Estudos de Género, entre os quais *Women in the Portuguese Colonial Empire: The Theatre of Shadows* (2008); *Condição Feminina no Império Colonial Português* (2008); *Cultura Popular Portuguesa: Práticas, Discursos e Representações* (2008); *From Here to Diversity: Globalization and Intercultural Dialogues* (2010).

Ph.D. in Portuguese Culture, from the University of Oporto. A tenured professor at the Polytechnic Institute of Oporto. Director of the Masters in Specialised Translation and Interpreting and coordinator of the Centre for Intercultural Studies. Winner of the ‘American Club of Lisbon Award for Academic Merit’, former visiting scholar at Brown University and winner of the ‘CES Award for Lusophone Young Social Scientists’. Author of numerous essays and books on literary, gender and cultural and intercultural studies, including Women in the Portuguese Colonial Empire: The Theatre of Shadows (2008); Condição Feminina no Império Colonial Português (2008); Cultura Popular Portuguesa: Práticas, Discursos e Representações (2008); From Here to Diversity: Globalization and Intercultural Dialogues (2010).

SOCIOLOGIA CULTURAL

a ficção, a cultura popular, os media e todos os tipos de fontes textuais e visuais desempenham um papel de relevo na invenção e na reinvenção de antigas e de novas identidades femininas e na circulação destas no tempo e no espaço.

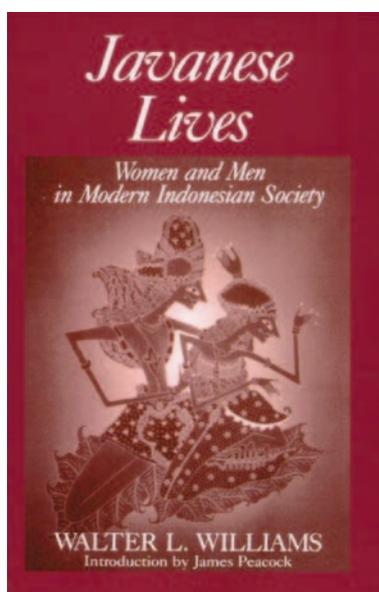
A NARRATIVA DAS PRÁTICAS QUOTIDIANAS

Como poderá o relato da vida quotidiana contribuir para o actual discurso dos estudos de género? A vida quotidiana manifestar-se-á de modo similar ou diferente nas periferias e nas semi-periferias do sistema capitalista mundial? Como se inscrevem as possibilidades de emancipação nas práticas quotidianas, nas relações e nos acontecimentos da vida de indivíduos e de grupos específicos, e que frequentemente se revelam como novos potenciais de autonomia, de dissidência ou de conformismo? Que implicações têm as recentes transformações e as antigas continuidades na natureza da vida quotidiana, na análise da subjectividade, género, etnia, identidade e sexualidade, bem como no conceito de “experiência”?

André Lefevre desenvolveu uma teoria das grelhas culturais baseada nos trabalhos de Pierre Bourdieu e no seu conceito de capital cultural. No esquema de Lefevre, existe um sistema de grelhas passível de demonstrar o papel e o estatuto dos textos e dos discursos dentro de uma cultura e o papel e o estatuto que aqueles poderão desempenhar noutra cultura. Tal sistema mostraria certamente que os textos e discursos sofrem todo o tipo de variações de *status*, tanto temporal como intercultural, o que nos ajudaria a explicar algumas das contingências das transformações apontadas.² Na mesma senda, ao discutir as questões de género na tradução, Sherry Simon salienta que os espaços que, em tempos, foram identificados como sendo universais (tal como a grande tradição humanista, o cânone literário, o espaço público associado à comunicação democrática ou o modelo de cultura que sustentava o ideal de cidadania) são agora expostos como sendo essencialmente expressivos de valores masculinos, brancos, europeus, de classe média.³

Por esta razão, as histórias de vida, os estudos de caso e as entrevistas com mulheres de todas as idades, habilitações e proveniências deverão ser considerados materiais sérios e valiosos para um estudo “por dentro” das questões de género na Ásia, capazes de gerar teorias abrangentes. As vozes anteriormente silenciadas destas mulheres (não-brancas, não-europeias, não-classe média e não-masculinas) e as narrativas que elas produzem devem receber um novo papel e estatuto numa grelha cultural moderna, transnacional e interdisciplinar, em que as pequenas vozes se sobrepõem aos grandes livros, o espaço do lar se sobrepõe ao espaço público, fazendo emergir as narrativas do quotidiano comum, lidas e decodificadas no seu próprio contexto. De igual modo, quando se escutam as vozes das mulheres e as suas histórias de vida, apreendem-se as suas experiências, certezas, incertezas, receios e necessidades concretos. Porque as narrativas de vidas reais, produzidas por seres humanos com uma voz, um rosto e um nome, criam espaços de empatia e, conseqüentemente, os projectos de acção e de pesquisa daí provenientes serão realizados de modo a obter resultados objectivos e úteis.

A primeira leitura aqui analisada refere-se a *Javanese Lives: Women and Men in Modern Indonesian Society* de Walter Williams, um conjunto de 27 curtas entrevistas autobiográficas conduzidas pelo autor e seus colaboradores em Java, entre 1987 e 1988, com indivíduos – tanto homens como mulheres – representativos da vasta diversidade do povo javanês.⁴ Os entrevistados contam como lidaram com as rápidas mudanças em curso na sociedade e na economia, e com a transformação das suas tradições. Estas histórias orais foram recolhidas junto de mulheres e de homens de várias religiões, estatutos socioeconómicos e proveniências étnicas. A diversidade é um tema constante, como é evidenciado por entrevistas a actores sociais tão díspares como um pobre condutor de riquexó que mal consegue sobreviver, uma abastada mulher de negócios que explica como equilibra a sua vida profissional e doméstica, um culto e respeitado reitor homossexual de liceu, ou uma mãe analfabeta de catorze filhos. Todos eles apresentam nas suas histórias uma característica



CULTURAL SOCIOLOGY

abordagem javanesa do quotidiano. A primeira secção do livro focaliza-se na forma como os entrevistados adaptaram a sua vida quotidiana às massivas alterações sociais e económicas em curso. Na secção central, escutamos as vozes dos javaneses que representam os valores tradicionais, que subsistem por entre a rápida evolução. Finalmente, tomamos conhecimento das experiências de educadores e de pais, que nos falam das suas preocupações sobre a juventude e o futuro do país.

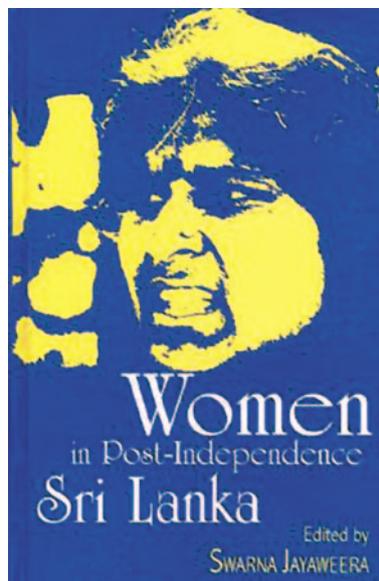
Do mesmo modo, *Women at the Crossroads: A Sri Lankan Perspective*, editado por Sirima Kiribamune e Vidyamali Samarasinghe, baseia-se em entrevistas e estudos de caso para abordar um vasto espectro de problemas relacionados com o emprego e os papéis sociais e domésticos das mulheres numa sociedade asiática confrontada com dilemas económicos e de constante mutação social.⁵ Os autores incluem estudos interdisciplinares sobre tradição e modernidade; políticas parlamentares; educação, direito familiar e justiça social; o caso das empregadas domésticas cingalesas, bengalis e indianas nos países do golfo Pérsico (Kuwait, Emiratos Árabes Unidos, Arábia Saudita e Bahrein); a experiência das professora primárias; casamento, maternidade e emprego.

O Sri Lanka moderno é também o campo abrangido por Swarna Jayaweera, que edita *Women in Post-Independence Sri Lanka*, uma compilação de estudos que revê os diferentes caminhos que as mulheres do Sri Lanka tomaram para obter maior poderio político e económico e controlo sobre as suas vidas durante os mais de cinquenta anos volvidos desde 1948, ano em que o país obteve independência política.⁶ Adoptando uma perspectiva de género, este volume discute o impacto na vida das mulheres dos desenvolvimentos sociais, políticos e económicos que ocorreram durante estas décadas acidentadas. Face a tais desenvolvimentos, o historial do Sri Lanka em questões de género tem sido assinalável, pois as mulheres têm vindo a ocupar posições nos mais altos níveis do poder político. O país ocupa uma posição cimeira na lista das nações em vias de desenvolvimento em termos de indicadores sociais, e

tantos homens como mulheres alcançaram o direito de voto ainda antes de 1948. Todavia, uma observação mais detalhada revela que, apesar de tudo, os problemas de género continuam a ser amplamente ignorados nas políticas e em importantes sectores de desenvolvimento nacional.

Nas várias esferas onde as mulheres são afectadas, destacam-se a legislação e os direitos humanos; o impacto da violência e dos conflitos étnicos em curso no país; a educação e o emprego; a saúde e a demografia; as mudanças nas estruturas sociais e intra-familiares; a emergência de organizações de mulheres; as diversas razões para a mobilidade social ascendente, bem como para a pobreza endémica. Mas todos estes tópicos levam em séria consideração as vozes das próprias mulheres do Sri Lanka, estudando e citando extensamente entrevistas com mulheres de diferentes estratos socioeconómicos e com mulheres que tiveram contacto em primeira mão com os efeitos da instabilidade política e da violência.

Nos países do Sul da Ásia e do Sudeste Asiático, um vasto número de mulheres trabalha como professora, desde a escola primária até ao ensino secundário e, ainda que comparativamente em número reduzido, também no ensino superior. Isto deu origem, no entanto, a conflitos de papéis na experiência de vida quotidiana da mulher-professora. Baseado em extenso trabalho de campo e em entrevistas pessoais conduzidas no Sri Lanka, Nepal e Índia, *Women Teachers in South Asia*, de Usha Nayar, revela um padrão de continuidade, descontinuidade e mudança na mobilidade ocupacional e no compromisso/conflito de papéis sociais das mulheres-professoras nestas três sociedades, dado que o ensino a qualquer nível se tem transformado gradualmente num trabalho especializado, que requer formação, competências e aptidões específicas.⁷ Delineando o crescimento e a evolução da educação e do ensino como uma profissão “para mulheres” em sociedades asiáticas tradicionais, este estudo pioneiro e transcultural mostra que, enquanto nos níveis mais baixos de ensino, as professoras encaram o seu trabalho quase como uma extensão dos seus papéis familiares (em termos de tempo despendido e de espaço de trabalho), nos níveis mais



SOCIOLOGIA CULTURAL

elevados os seus papéis familiares entram em conflito com a profissão, ainda que em geral estas mulheres revelem uma notável capacidade para desenvolver uma certa compatibilidade entre ambos.

No que diz respeito ao trabalho remunerado fora do espaço doméstico, os papéis de género e os conflitos de identidade tornam-se mais evidentes em profissões que requerem um maior nível de formação académica e proporcionam um certo prestígio pessoal e poderio económico. Para as mulheres nesta situação, as novas alternativas jogam continuamente com as forças do *adat* (tradição) e da religião, que nem sempre são compatíveis, tendo em mente que aquilo que pode ser “apropriado” para a tradição em casa, poderá não ser “apropriado” para a moderna e competitiva cultura empresarial do trabalho. Por outras palavras, a identidade de género numa vertente social não transita necessariamente da melhor forma para outra vertente social.

Que implicações têm as recentes transformações e as antigas continuidades na natureza da vida quotidiana, na análise da subjectividade, género, etnia, identidade e sexualidade, bem como no conceito de “experiência”?

Este tipo de conflito de papéis é analisado por Wil Lundstrom no seu estudo *Gendered Borders: About Some Professional Women in Malaysia*, que revela como mulheres trabalhadoras e instruídas estão a gerir a sua vida privada e a sua identidade de género, enquanto seguem padrões de carreira que outrora eram exclusivos dos homens.⁸ Na Malásia, encontramos uma nova geração de mulheres instruídas e viajadas, que associam na sua experiência quotidiana diferentes formas de orientação cultural. A pesquisa de Lundstrom enfatiza a profunda ligação entre satisfação profissional, familiar e religiosa para estas mulheres. Durante as suas entrevistas, revela-se o quão importante é para estas mulheres serem reconhecidas enquanto profissionais

ambiciosas, serem boas e activas muçulmanas e terem filhos. O trabalho doméstico não representa um limitador fardo quotidiano, como é tão frequente no Ocidente, pois é entregue a criados ou a familiares prestáveis. O casamento é, acima de tudo, a (única) forma aceitável de ter filhos e deve também oferecer satisfação emocional à mulher.

Mas o potencial das mulheres para a acção não se limita à sua participação em formas de organização, educação ou produção do tipo ocidental. A gestão sustentável dos recursos tradicionais pode beneficiar da experiência das mulheres e funcionar como um recurso alternativo de rendimento, promovendo assim o estatuto social e económico das mulheres. Um dos desafios mais exigentes dos dias de hoje, por exemplo, é encontrar soluções estratégicas para o problema da desflorestação e fortalecer a gestão sustentável das florestas. No Sri Lanka, Bangladesh, Indonésia, Tailândia, Filipinas e Nepal, a contribuição das comunidades locais para a florestação e silvicultura foi sempre significativa. No entanto, as comunidades locais estão agora praticamente excluídas desta tarefa. Nas poucas ocasiões em que as comunidades participam no processo de florestação, fazem-no enquanto mão-de-obra barata para a indústria da madeira e nunca ao nível de planeamento e gestão. Em dois estudos de caso baseados no Sri Lanka e publicados em *Deforestation, Women and Forestry*, Anoja Wickramasinghe explora as tendências históricas que levaram à desflorestação, à perda do controlo das mulheres sobre os recursos naturais e ao conflito de prioridades entre os profissionais da florestação e as mulheres das zonas rurais.⁹

Enquanto sector em desenvolvimento, a exploração florestal é dominada por homens, cujas decisões tomadas a nível político, de planeamento e implementação regional são aceites como incontestáveis. As mulheres, que formam o estrato mais baixo da sociedade, têm por isso de implementar decisões que ignoram as suas próprias e mais urgentes necessidades. As mulheres rurais nos países em desenvolvimento usam a floresta para providenciar meios essenciais à sobrevivência do lar: alimento para a família, lenha para cozinhar, ração para os animais domésticos, matérias-primas para fabricar utensílios, plantas medicinais – tudo isto é obtido na floresta. Durante séculos, estes recursos estavam amplamente disponíveis e as mulheres usaram-nos livremente. Neste processo, a mulher acumulou um inenso património de conhecimento, nomeadamente

CULTURAL SOCIOLOGY

sobre os locais onde se encontram disponíveis tais recursos e a forma de estes serem eficientemente utilizados e preservados para as gerações vindouras. Com um envolvimento tão próximo na sobrevivência quotidiana, as mulheres das zonas rurais são versadas nas múltiplas utilizações dos recursos florestais, sendo, por isso, potenciais planificadoras e gestoras, capazes de inverter a presente situação negativa. Esta disparidade de género nas atitudes relativas à florestação – o interesse a longo prazo das mulheres pelos produtos florestais e o interesse imediato dos homens na madeira obtida através de uma recolha intensiva e destrutiva – pode e deve ser conciliada através de políticas ambientais sustentáveis e igualitárias. Ressalve-se, contudo, que a promoção destas tarefas tradicionalmente realizadas por mulheres não está de modo algum relacionada com nenhuma forma de compromisso biológico, nem a valorização da participação da mulher poderá ser justificada através de teorias essencialistas que facilmente a relacionam com a natureza, afastando-a concomitantemente do poder decisório na esfera social, económica, política e cultural.

NARRATIVAS DA VIOLÊNCIA: A PRÁTICA QUOTIDIANA DO TERROR

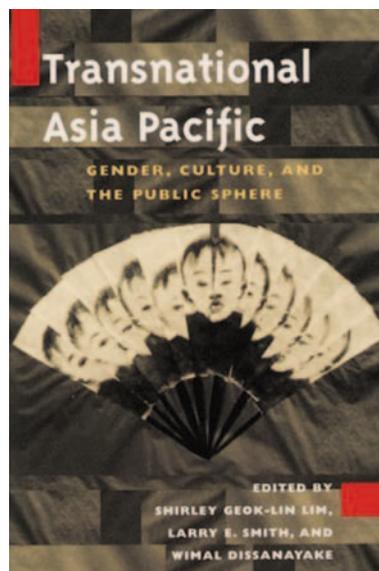
Entre as narrativas das práticas quotidianas destaca-se uma prática específica e tristemente generalizada: a narrativa da violência, um discurso gerado pela extrema pobreza, por fortes relações de desigualdade e pelo contacto próximo com o terror e a pura sobrevivência no dia-a-dia. As velhas e as novas realidades geradas pela violência requerem um vocabulário adequado, com as suas metáforas e polissemias, com novas palavras cujos significados são criados e partilhados pela comunidade afectada, porque a violência tem de ser descrita e justificada de alguma forma, tanto pelas vítimas como pelos perpetradores. A violência contra as mulheres, em particular, pode assumir múltiplas formas, usar várias máscaras, desempenhar o seu papel hegemónico numa pluralidade de cenários.

O caso das empregadas domésticas asiáticas nos países do

golfo Pérsico e as suas condições de vida sub-humanas, já referido em *Women at the Crossroads*, é o tema central de *The Kitchen Spoon's Handle*, de Michele Ruth Gamburd, sobre as trabalhadoras domésticas migrantes do Sri Lanka.¹⁰ O serviço doméstico no estrangeiro funciona como uma resposta possível mas incerta às alterações sociais e económicas, num contexto de severas desigualdades dentro da família, da comunidade e da nação. Esta desigualdade é também evidente nas relações macro entre nações, raças, religiões e culturas, estabelecidas pelos movimentos migratórios internacionais. Os estudos aqui descritos misturam as histórias dolorosas e as memórias de migrantes retornadas, suas famílias e comunidades, com entrevistas a oficiais do governo, empregadores e agiotes, exibindo assim a confluência dos processos globais e locais nas vidas destas mulheres. Saliente-se que, na maioria dos casos apresentados, a violência contra as mulheres é perpetrada pelos seus empregadores, tanto homens como mulheres, pois as empregadas domésticas asiáticas são vistas como meros objectos sem identidade nem direitos, uma força laboral descartável e de cariz escravo, que até mesmo uma família de classe média-baixa pode adquirir.

Mas existem outras formas de violência tácita e de exploração transnacional consensual das mulheres asiáticas, como no estranho caso das “noivas por catálogo”, que são anunciadas, escolhidas e adquiridas através de catálogos coloridos e de páginas na internet. Rolando Tolentino explora esta prática na América e no Canadá, no seu estudo “Bodies, Letters, Catalogs: Filipinas in Transnational Space”, publicado em *Transnational Asia Pacific: Gender, Culture and the Public Sphere*, de Shirley Geok-Lin Lim, Larry Smith e Wimal Dissanayake.¹¹

As “noivas por catálogo” existem dentro de uma narrativa de hegemonia, de violência camuflada, de uma produção discursiva nostálgica que enfatiza os valores da família tradicional e de uma ordem social ideal. Mas as noivas por catálogo em si, confinadas a uma simples troca de mercadoria, estão privadas de um discurso independente. O corpo funcional da mulher do terceiro



SOCIOLOGIA CULTURAL

mundo é sintomático do ideal da narrativa da família nuclear do homem do primeiro mundo. Os textos dos catálogos perspectivam o desejo de situar as mulheres num espaço americano/canadiano e num tempo em que as mulheres eram idealizadas como colegiais e donas de casa perfeitas. Os homens do primeiro mundo pretendem recuperar o prazer da autoridade através da conquista daquelas mulheres do terceiro mundo que se mostrem dignas de ser redimidas da sua própria espécie. A nostalgia e os estereótipos raciais e de género são assim dissimulados sob a capa da linguagem da filantropia. O negócio das noivas por catálogo depende do discurso verbal e visual do catálogo, um discurso sobre mulheres passivas, devotas e submissas, evidenciadas como a perfeita antítese das mulheres emancipadas do primeiro mundo.

A guerra, contudo, é por excelência o domínio do terror. Mulheres e crianças experimentam indefesas todo o tipo de atrocidades, que têm de ser expressas de algum modo, através de palavras e de silêncios, através de padrões de pensamento e de comportamento, desde que para tal consigam sobreviver. A colectânea *Stories of Survivors (Socio-Political Contexts of Female Headed Households in Post-Terror Southern Sri Lanka)*, de Sasanka Perera, descreve a emergência e a institucionalização da violência política no sul do Sri Lanka, no final da década de 1980.¹² Nesse momento histórico, os agregados familiares liderados por mulheres surgiram como um fenómeno social em número substancial no Sri Lanka, após as duas revoltas juvenis, no sul entre os cingaleses e, no norte, entre os tamil. Em geral, os homens foram para a guerra e morreram de forma violenta, deixando as mulheres e as crianças a viver à mercê da incerteza, da insegurança e do terror. Ao realizar um inquérito sociológico sobre as vidas dessas mulheres e crianças, um inevitável foco político entra no âmbito da investigação, tornando cada vez mais visível a cumplicidade do estado na criação de padrões coercivos de governação.

Baseado em extensas narrativas de violência articuladas por mulheres, o livro de Perera capta as profundas alterações, tanto estruturais como emocionais, que afectam mulheres e crianças em tempo de guerra, como, por exemplo, a vida quotidiana com alguém que foi vítima de tortura; a problemática da desestruturação familiar; o assédio sexual e os segundos casamentos, muitas vezes forçados; o pós-trauma e a questão dos familiares “desaparecidos”. Esta cultura de violência generalizada, com destruição de vidas e de

propriedades em larga escala, bem como com milhares de desaparecimentos arbitrários, fez surgir novas palavras e alterou o significado de palavras antigas, como aquelas (velhas e novas) palavras que são agora usadas para designar “terror”, “câmara de tortura”, “violação”, “raptado” ou “os desaparecidos”. Estas palavras fizeram uma entrada dramática no discurso popular e jornalístico e, posteriormente, na narrativa da experiência quotidiana.

A expressão da violência, pelos seus agentes e pelos seus objectos, é uma tarefa dolorosa e difícil, que se torna evidente em *Masking Terror: How Women Contain Violence in Southern Sri Lanka*, de Alex Argenti-Pillen.¹³ Este livro narra as formas como as mulheres de uma comunidade rural pobre do sul do Sri Lanka falam sobre a violência e os seus efeitos. A proveniência social e cultural dos soldados – geralmente representados como perpetradores, devido aos crimes de guerra e ao genocídio contra as comunidades tamil – é aqui reconstruída através das histórias das suas mães, irmãs, esposas e avós. Para compreender estas histórias, é importante analisar a linguagem em que são narradas. O discurso geralmente metafórico e ambíguo destas mulheres acerca de um quotidiano de violência sublinha a dificuldade de sustentar uma realidade social coesa por parte daqueles que vivem constantemente sob aquilo que designam, de forma quase poética, como “o olhar da selva” (*the gaze of the wild*¹⁴). Sente-se que tem de haver uma espécie de domesticação discursiva da violência, tanto por parte das vítimas como pelas famílias dos perpetradores, de modo a melhor “mascarar o terror”. Não esqueçamos que “mascarar” significa “esconder”, “disfarçar”, “justificar”, mas também pode significar “embelezar”. As várias expressões analisadas flutuam entre o discurso da religião espiritual e um discurso de violência interpessoal, porque a língua tem, de alguma forma, de descrever uma nova realidade desconhecida, torna-se necessário inventar novas palavras ou dar a palavras antigas novos significados, se bem que muitos silêncios perdurem para sempre.

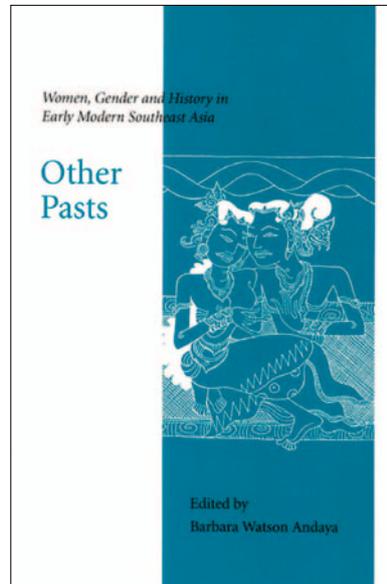
Ironicamente, as mulheres e a história da nação encontram-se com frequência durante os períodos de guerra, em que as mulheres são as vítimas mais indefesas. Mas as mulheres também tomam parte na construção dessas mesmas nações, tanto em tempos coloniais como pós-coloniais. Se a história é um outro tipo de narrativa, qual será então o papel nela desempenhado pelas personagens femininas?

CULTURAL SOCIOLOGY

A NARRATIVA DA NAÇÃO

De acordo com o discurso oficial da independência e da construção da nação asiática, as mulheres desempenham papéis secundários na narrativa da nação, porque a própria definição de história nacional está destinada a excluir ou a marginalizar as mulheres. A história colonial e pós-colonial concentra-se em questões como a diplomacia internacional, a liderança política e a guerra, onde os homens desempenham o papel dominante, de acordo com as fontes escritas que privilegiam as actividades masculinas. Na sua introdução a *Other Pasts: Women, Gender and History in Early Modern Southeast Asia*, Barbara Watson Andaya acentua que, quando a história nacional já foi estabelecida de acordo com fórmulas comumente aceites, as mulheres apenas podem ser incluídas como uma espécie de adenda.¹⁵ Isto é especialmente evidente na história colonial e pós-colonial asiática, onde os movimentos nacionalistas e a luta contra o colonialismo foram sempre representados como estando imbuídos de valores masculinos. As narrativas históricas articuladas em redor de temas como a opressão dos povos, a emergência dos líderes carismáticos, o despertar da consciência popular ou o sucesso da revolução mostram-se bastante resistentes à incorporação de personagens e de perspectivas femininas.

Contudo, ao narrarem as atribuições da construção da nação, as produções discursivas patriarcais recorrem em regra a estereótipos e a metáforas por tradição associados às mulheres, tais como as noções de honra, respeitabilidade, vitimização, maternidade, protecção e cuidado, atribuindo assim um género à nação-mãe, como se esta fosse uma frágil entidade feminina imaginária que urge preservar. Esta é a conclusão principal do ensaio de Neloufer De Mel, "Setting the stage, gendering the nation", incluído no seu *Women*

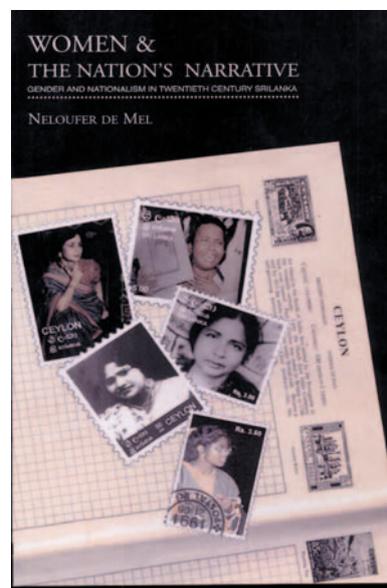


and the Nation's Narrative: Gender and Nationalism in Twentieth Century Sri Lanka.¹⁶ O livro explora o desenvolvimento do nacionalismo no Sri Lanka durante o século passado, particularmente dentro dos movimentos dominantes dos budistas cingaleses e dos militantes tamil. Descrevendo os meios através dos quais as mulheres de diferentes origens se envolveram nas acções nacionalistas, De Mel argumenta que o género é crucial para um entendimento do nacionalismo e vice-versa, em vários ensaios com títulos tão sugestivos como "Framing the Nation's Respectability", "Agent or Victim? The Sri Lankan Woman

Militant in the Interregnum" e "Mother Politics and Women's Politics? Notes on the Contemporary Sri Lankan Women's Movement".

De facto, o nacionalismo e a estrutura patriarcal nunca são instituições estáticas. Eles evoluem e adaptam-se às circunstâncias e, por vezes, até adoptam uma aparente posição feminista, apropriando-se do discurso (leia-se "explorando o discurso") dos direitos das mulheres. Mas as mulheres também actuam em seu próprio benefício e negociam com a estrutura patriarcal, com o capitalismo e com as diversas oportunidades políticas, para além de explorarem as contradições existentes dentro do próprio nacionalismo. Os valores universais sobre os papéis convencionalmente atribuídos à mulher estão também presentes em algumas das estratégias utilizadas para reconhecer as mulheres em campos políticos por tradição caracterizados pelo domínio masculino, como no caso da campanha de Megawati Sukarnoputri, em 1999:

"During and after the June elections, not only Megawati, but also many other women in Indonesia began reclaiming a significant role in the political life of the country. Apart from adding their voice on national issues, they have also sought more attention for



SOCIOLOGIA CULTURAL

women's issues, including demands for more jobs in the bureaucracy, from village head to ministerial positions, and access to credit. No doubt these new political 'beginners' may become role models for less active women to enter public life. Although the movement is considered still too disparate to result in a significant impact, it surely is a strong change in political life."¹⁷

Na Indonésia, sob o regime da Nova Ordem de Suharto, os indivíduos eram sistematicamente despolitizados, numa estratégia que, em relação às mulheres, tomou a forma de *state ibuism*, do malaio-indonésio *ibu*, esposa. Neste processo de "domesticação", as mulheres são socialmente definidas como donas de casa dependentes, uma estratégia muito conveniente para o controlo social e para a (re)produção capitalista. Isto constituiu um recuo generalizado, se o compararmos com a orientação bastante igualitária da luta revolucionária contra os colonizadores holandeses e as campanhas políticas de meados da década de 1950.

Mas a campanha de Megawati Sukarnoputri também seguiu uma rigorosa representação auto-imposta do poder feminino, sempre protegida e justificada pela herança sagrada do nome e da missão do pai.¹⁸ A continuidade desse poder masculino ofendido foi a razão para a luta pelo poder levada a cabo por Megawati, pois esta estaria a agir no sagrado nome do pai, não por si própria, mas como "filha de". Assim que o seu pai fosse vingado, Sukarnoputri voltaria simplesmente ao papel de *ibu*, mulher e mãe, governando o seu país tão pacificamente como qualquer outra dona de casa governa o seu lar e apoiando, em primeiro lugar, as ambições do seu marido.

Esta legitimação em interesse próprio das estruturas do poder hierárquico e patriarcal baseia-se numa oposição binária estereotipada entre géneros, que justifica e perpetua a divisão da sociedade entre um grupo minoritário e privilegiado de homens liderantes e uma vasta maioria de "outros", os fracos e dependentes, onde sempre se incluem as mulheres. As dicotomias artificiais assim criadas racionalizam este tipo de situação, fazendo-a parecer natural e razoável. Não esqueçamos que Derrida demonstrou como a construção de uma identidade é sempre baseada na exclusão e na violenta hierarquização dos pares dicotómicos resultantes, como nos binómios "homem/mulher" ou "branco/negro" (ou "ocidental/oriental"):

*"What is peculiar to the second term is thus reduced to the function of an accident as opposed to the essentiality of the first. It is the same with the black-white relationship, in which white, of course, is equivalent to 'human being'. 'Woman' and 'black' are thus 'marks' (i.e. marked terms) in contrast to the unmarked terms of 'man' and 'white'".*¹⁹

ESTEREÓTIPOS, DICOTOMIAS, METÁFORAS E PODER

A maioria dos textos aqui abordados refere uma pluralidade de estereótipos, dicotomias e metáforas ideologicamente orientadas sobre questões relacionadas com o género em geral, e o papel da mulher em particular. Na realidade actual, as formas mais tradicionais de estereótipos decorrentes da hegemonia de género têm sido substituídas por outras formas mais poderosas, se bem que mais dissimuladas, como aquelas que são apontadas por Robert Connell em *Gender and Power: Society, the Person, and Sexual Politics*:

*"(a) the hierarchies and work-forces of institutionalized violence, military and paramilitary forces, police, prison systems; (b) the hierarchy and labour force of heavy industry (for example, steel and oil companies) and the hierarchy of high technology industry (computers, aerospace); (c) the planning and control machinery of the central state; and (d) working-class milieux that emphasize physical toughness and men's association with machinery."*²⁰

Na sua *History of Sexuality*, Foucault escreveu *"power is everywhere; not because it embraces everything, but because it comes from everywhere"*.²¹ E sem dúvida que, no contexto deste ensaio, mesmo a cultura popular moderna (patente na música, no cinema, na televisão, na internet, nos romances e revistas) emerge como uma nova forma de reforçar antigas estruturas de poder que subordinam as mulheres. Um romance popular, por exemplo, para ser verdadeiramente "popular" e lucrativo, tem de constituir uma combinação complexa que consiga exprimir e reflectir questões quotidianas reais, possuindo ao mesmo tempo o mérito adicional de educar subtilmente a sociedade acerca de alternativas que substituam os estereótipos vigentes. Estas preocupações são expressas de modo cauteloso, não confrontacional, sem revelar uma utopia concreta mas ainda desconhecida para as mulheres da sociedade

CULTURAL SOCIOLOGY

em questão e sem jamais perturbar o equilíbrio dessa sociedade, que é na verdade patriarcal.

Na cultura popular moderna, os conceitos globais são localizados de acordo com modelos ou papéis frequentemente impostos e com as expectativas existentes para as mulheres locais. Ainda que originalmente derivadas de ideias ocidentais, as representações românticas, por exemplo, ganharam uma vida própria nas imagens dos media asiáticos e são evidentes na cultura popular um pouco por toda a Ásia.²² Prevalece o ideal da família feliz como a célula base da sociedade e são as mulheres, em primeiro lugar, as responsáveis pela sua criação. Nas revistas femininas, a ligação entre felicidade, família e amor é explícita. E, uma vez mais, descobrimos aqui a dicotomia interior/exterior (lar *versus* mundo), onde é concedido mais prestígio ao exterior dominado pelo homem do que ao interior supervisionado pela mulher. Os ideais populares de amor romântico reforçam efectivamente a hegemonia de género, devido ao modo não confrontacional como são apresentados. Em suma, as mulheres já não servem os homens porque é seu dever num sistema patriarcal; elas agora fazem-no porque isso é uma expressão do seu verdadeiro amor romântico, que as recompensará em última instância com uma família modelar e feliz.

Na Indonésia, a linguagem corrente reflecte este princípio, pois quando um casal tem a mesma idade, a mulher assume a referência pessoal de irmã mais nova (*adik*) e o homem a de irmão mais velho (*kakak*). Assim, uma relação que posiciona os homens acima das mulheres numa hierarquia de referência é vista como sendo romântica. Num nível muito mais dramático, a noção de violência doméstica e de violação conjugal pode ser difícil de localizar, já que na Indonésia os especialistas em matérias religiosas argumentam que marido e mulher são “dois num só” e, por isso, a violação não pode acontecer no casamento, porque violar a esposa seria similar a violar-se a si próprio. Deste modo, este assunto é visto como um conceito ocidental, disseminado por feministas ocidentais e considerado inadequado para a Indonésia, onde o feminismo tem sido comumente visto como uma oposição aos homens, ao invés de um esforço no sentido da emancipação da mulher.²³ Ironicamente, o domínio económico por parte da mulher não lhe garante a ausência de violência, pois as mulheres que são o sustento da família também sofrem violência sexual por parte dos seus maridos dependentes. Além disso,

a consciência feminina não assegura que as mulheres abandonem um casamento violento: o sentido de dever, a dependência económica, a vergonha, a culpa, o baixo estatuto social do divórcio, o medo de perder a custódia dos filhos e a aceitação geral e passiva do infortúnio como destino inevitável são os principais factores que impõem o silêncio, sempre que a violência acontece na esfera privada.

Ainda no campo pessoal, a questão da maternidade como instituição e/ou como experiência relembra as dicotomias de Julia Kristeva sobre natureza *versus* cultura e singularidade *versus* ética. Com efeito, no ensaio “A New Type of Intellectual: The Dissident”, Kristeva defende que a maternidade pode ser vista como uma ponte entre a singularidade e a ética e que a mulher, em geral, se encontra no limiar da socialização, sendo simultaneamente a garantia da estabilidade social e uma permanente ameaça a essa mesma estabilidade.²⁴

A maternidade, de facto, pode ser usada para criar um espaço de protesto seguro, protegido por discursos institucionalizados, tal como Malathi de Alwis defende em “Motherhood as a Space of Protest: Women’s Political Participation in Contemporary Sri Lanka”.²⁵ No Sri Lanka, durante o auge da repressão estatal (entre 1988 e 1990), o “Movimento das Mães” (*Mothers’ Front*) ergueu-se para protestar contra o “desaparecimento” de quase sessenta mil jovens, rapazes e também raparigas, cujo destino foi convenientemente silenciado. O “Movimento das Mães” usou o discurso institucional da maternidade, projectando visões essencialistas da mulher que reforçavam a noção da biologia como destino e legitimavam um sistema de rígidos papéis sexuais. Contudo, a inquestionável autenticidade da sua dor e a defesa expressa dos valores familiares tradicionais, dentro de uma sociedade patriarcal, providenciou ao movimento um importante espaço de protesto, impossível para outras organizações de contestação às práticas estatais e lembrando o exemplo heróico das “Madres de Plaza de Mayo”.

Alternando entre os factos e a ficção, as mulheres romancistas desempenham um importante papel na transmissão de estereótipos, dicotomias e respectivos valores sociais, em múltiplas perspectivas, independentemente do quão popular ou intelectual a sua escrita possa ser. As romancistas não só codificam ou afirmam os valores da sua sociedade mas também desafiam, modificam ou dão novos significados a esses

SOCIOLOGIA CULTURAL

valores, através das estratégias formais da literatura. Contudo, há que ter presente que o conceito de “escrita feminina”, por si só, pode ser também um estereótipo paternalista, que cria uma dicotomia subjacente com a “escrita masculina”, entendida como “a escrita” – termo não-marcado (de novo Derrida) –, ou seja, como a escrita essencial ou a escrita da humanidade em geral, ou ainda como “(não) escrever como um homem”. No geral, a maior parte das romancistas está ainda mais sujeita do que os seus homólogos masculinos à crítica dos media e dos académicos, ao escrutínio público e aos preconceitos de um leitor médio ainda amplamente conservador.

Thelma Kintanar, Ungku Tahir, Koh Ann e Toeti Heraty analisam estas condicionantes em *Emergent Voices: Southeast Asian Women Novelists*, um estudo concentrado na Malásia, Brunei, Singapura, Filipinas e Indonésia.²⁶ A situação das mulheres romancistas nestes países não é estática, está antes a desenvolver-se de modo suficientemente encorajador para nos permitir dizer que elas estão a começar a criar um verdadeiro impacto na sociedade. A importância da educação é uma das principais preocupações dos seus trabalhos, embora os contextos culturais onde o tema ocorre sejam bastante diferentes entre si. A educação é vista não só como um meio de realização para a mulher, mas também como uma forma de libertá-la da repressão e da subordinação extremas, que são o seu destino invariável numa ordem tradicional rígida. No romance feminino filipino, devido à história cultural do país, que conferiu às mulheres acesso ao ensino superior de um modo igualitário e comparativamente rápido, a necessidade de educação das mulheres não é um tema predominante, como é nos seus congéneres malaio e indonésios. Os romances populares indonésios escritos por mulheres apresentam heroínas abnegadas, dedicadas ao trabalho, à família e à sociedade, fiéis às tradições e aos costumes, aceitando de forma passiva todas as contingências do destino. O tema subjacente a tais romances é a injustiça social reinante para com as mulheres, em diferentes fases das suas vidas, no contexto de uma sociedade patriarcal: a forma como as mulheres lidam com a sexualidade, seja dentro ou fora do matrimónio; os problemas enfrentados por uma mulher só na sociedade, especialmente se for viúva ou divorciada; a escolha de uma carreira como alternativa para a mulher moderna e as suas implicações na sociedade

indonésia. Contrariamente, no romance filipino, a injustiça em relação às mulheres é vista apenas como uma parte (muitas vezes oculta) da injustiça social no seu todo. Os diferentes contextos culturais nos quais as romancistas asiáticas produzem os seus trabalhos tornam-se assim evidentes. Daqui se conclui que, tendo presente que a busca por conceitos locais gera, na verdade, novos conceitos, existirá sempre uma adaptação epistemológica e fenomenológica, quando se estudam questões de género na Ásia.

EM BUSCA DE CONCEITOS LOCAIS:
LOCALIZANDO O FEMINISMO

Ao falar sobre estudos de género, a Ásia deve ser entendida em termos de colonialismo, pós-colonialismo, capitalismo, globalização e suas diversas e interligadas produções discursivas. As feministas holandesas da primeira metade do século xx, por exemplo, estavam profundamente envolvidas no projecto colonial. A sua crítica dirigia-se apenas à exclusão da mulher europeia da participação na cidadania colonial e não à exclusão das mulheres de outros grupos populacionais, numa discriminação racial justificada com uma interpretação conservadora do *adat*, da tradição. *Women and the Colonial State*, de Elsbeth Locher-Scholten, depara-se com esta relação ambígua entre mulheres indonésias e europeias e o estado colonial, nas antigas Índias Orientais Holandesas, entre 1900 e 1942.²⁷ Este trabalho é baseado em novos dados provenientes de várias fontes, como censos, arquivos coloniais, relatórios de trabalho rural, manuais domésticos, ficção infantil e trabalhos de investigação por parte da imprensa indonésia. *Women Creating Indonesia: The First Fifty Years*, editado por Jean Gelman Taylor, reúne também vários ensaios que ilustram como, num contexto colonial, a democracia e o feminismo foram sempre severamente limitados.²⁸ Além disso, os homens que escreveram a história dos ocidentais na Ásia produziram textos que ignoraram invariavelmente as perspectivas das esposas, filhas, funcionárias, viajantes e missionárias. De facto, a história silenciou por completo as vozes das mulheres, tanto colonizadoras como colonizadas, tanto orientais como ocidentais.

Tanto Locher-Scholten como Taylor concluem que, na intersecção das categorias de género, raça e classe, foi esta última a mais restritiva e resistente. As serviços indonésias constituem o perfeito exemplo do

CULTURAL SOCIOLOGY

“outro” – diferentes em raça, classe, religião e género daqueles que detinham o poder. Por outro lado, as serviçais indonésias estavam muito próximas das famílias europeias, pois tomavam parte nos mais íntimos acontecimentos da vida doméstica. A sua presença oferecia muitas possibilidades de ambivalência, receios e desejos, tal como é expresso nas representações textuais deste grupo social. A verdade é que as exigências da modernidade, a ilusão da ocidentalização, juntamente com a esperança de promoção social dentro do sistema colonial, tomavam por vezes a aparência de preocupação pelos direitos das mulheres, como no caso da rejeição da poligamia. Mas as barreiras de classe prevaleceram sempre. Houve, por exemplo, pouca preocupação pela situação consequente das esposas secundárias e das concubinas, quando a poligamia foi abolida, ou pela mão-de-obra feminina barata e descartável constituída pelas serviçais domésticas, esquecidas até pelos seus empregadores asiáticos.

Estas – e outras – leituras mostram como o feminismo ocidental nem sempre esteve consciente, voluntária ou involuntariamente, da especificidade cultural da condição de género na Ásia. Adaptando o pensamento de Clifford Geertz, em *Local Knowledge*, a análise e a intervenção feministas não devem ser definidas nem pela distanciação das “outras” (as “outras mulheres”) como opostos, nem pela sua aproximação como cópias facsimiladas, mas antes por uma localização entre elas:

*“In short, accounts of other peoples’ subjectivities can be built up without recourse to pretensions to more-than-normal capacities for ego effacement and fellow feeling. Normal capacities in these respects are, of course, essential, as is their cultivation, if we expect people to tolerate our intrusions into their lives at all and accept us as persons worth talking to. I am certainly not arguing for insensitivity here, and hope I have not demonstrated it. But whatever accurate sense one gets of what one’s informants are really does not come from the experience of that acceptance as such. It comes from the ability to understand their modes of expression, their symbol systems, which such acceptance allows to develop. Understanding the form and pressure of other’s inner lives is more like grasping a proverb, catching an allusion, seeing a joke or reading a poem, than it is like achieving communion.”*²⁹

Como é evidente, a obtenção de poder (*empowerment*) por parte da mulher traduz-se

de diferentes formas em diferentes períodos da história, como resultado de diversos factores culturais, religiosos, económicos, políticos, sociais e também de circunstâncias individuais. Contudo, por muito que as agendas feministas possam tentar reflectir as experiências quotidianas das mulheres sob todas essas circunstâncias, as ideias por si só não são suficientes para pressionar o estado e a sociedade de forma eficaz. Por outras palavras, a emancipação tem de ser apercebida não só como algo “*that comes from the women themselves and something they can own with pride*”,³⁰ em formas individuais de resistência quotidiana, mas também como uma estratégia de acção, implementada tanto por governos como por instituições, e aceite (e posta em prática) pela sociedade em geral. Porque, na verdade, em sociedades dominadas pelo homem, embora seja permitido às mulheres aderirem a um activismo moderado, as mulheres que se mobilizam em torno de agendas feministas globais altamente organizadas provavelmente não receberão tal indulgência.

Resumindo, a maior parte das mulheres asiáticas enfrenta inúmeras barreiras ao activismo e tem dificuldade em fazer ouvir a sua voz. As diferenças regionais e de classe na organização doméstica e no acesso da mulher à educação e ao rendimento económico dão a algumas mulheres mais oportunidades de mobilização do que a outras. Tais exemplos expõem a fragmentação – por local, classe, etnia, religião e muitos outros factores – que inevitavelmente ensombra a acção das organizações feministas. Mas também confirmam os elevados níveis de consciência vigentes entre mulheres sem exposição prévia ao feminismo, tal como este é convencionalmente entendido, e a tenacidade e a determinação destas mulheres que lutam pelos seus direitos, mesmo enfrentando as maiores adversidades. *Resisting the Sacred and the Secular: Women’s Activism and Politicized Religion in South Asia*, editado por Patricia Jeffery e Amrita Basu, estuda este tipo de resistência em particular, focando-se na agenda e no activismo das mulheres no contexto asiático, e na sua relação paradoxal com as políticas religiosas na Índia, Paquistão, Sri Lanka e Bangladesh. De facto, e contrariamente às expectativas das feministas, muitas mulheres têm respondido aos apelos religiosos nacionalistas; contrariamente às expectativas dos nacionalistas religiosos, elas também afirmaram o seu género, classe, casta e identidade regional; contrariamente às expectativas dos estados-

SOCIOLOGIA CULTURAL

-nação, elas desafiaram várias vezes as políticas e as práticas estatais.

A contribuição de Patricia Jeffery para este estudo, patente em “Agency, Activism, and Agendas”, é particularmente significativa, em especial quando a autora afirma com clareza que os movimentos de mulheres estão situados dentro de contextos nacionais específicos, tanto políticos como económicos:

*“The countries of South Asia have had different experiences of state and civil society, electoral politics and military rule, theocracy and secularism. Their economies and their integration into the world economy have taken different trajectories.”*³¹

Consequentemente, todas estas especificidades deverão ser integradas nas agendas feministas.

Contudo, se as mulheres sofrem formas de opressão localmente específicas, estas experiências não são de modo algum meramente locais nas suas origens e não podem ser efectivamente combatidas num mero nível restrito e fragmentado, que apenas produzirá efeitos limitados. Onde quer que elas estejam, as feministas não podem ignorar a dimensão global das questões de género, tal como não podem ignorar as suas manifestações localmente específicas. Localização e globalização – com as suas produções discursivas associadas – não constituem, porém, outra dicotomia: a localização não pode ser projectada como um contraponto ao global, mas é ela própria uma dimensão significativa da globalização. O conhecimento local estabelece uma tensão dinâmica com o conhecimento global. E a problemática do género está no centro de todas estas dinâmicas, fortemente relacionadas com especificidades históricas, culturais, religiosas, étnicas e de classe, que requerem uma abordagem interdisciplinar e transnacional.

Como se conclui, a dimensão comparativa necessária para aquilo que se pode designar como “análise intercultural” afastou-se de uma noção antropológica de cultura, em direcção a uma noção de culturas no plural, tal como Clifford Geertz explica em *Local Knowledge*:

“The hallmark of modern consciousness is its enormous multiplicity. For our time and forward, the image of a general orientation or perspective, growing out of humanistic or scientific studies, and shaping the direction of culture, is a chimera. [...] The conception of a ‘new humanism’ [cf. a global feminist agenda], of forging some general ‘the best

*that is being thought and said’ ideology and working it into the curriculum [cf. agenda], will then seem not merely implausible but utopian altogether. Possibly, indeed, a bit worrisome.”*³²

CONCLUSÃO

Neste estudo explorou-se a construção de narrativas e de discursos sobre as vidas das mulheres asiáticas, argumentando-se contra as concepções estáticas inerentes às dicotomias “nós versus outros/as”, “natureza versus cultura”, “civilizado versus selvagem”, oposições binárias que têm estado na génese de todo o tipo de desigualdades e opressões. Aqui insere-se também, e mais do que nunca, a dicotomia “Ocidente versus Oriente”, que domina o discurso político e académico contemporâneo. A multiplicidade emerge como o único caminho viável para reconciliar diferenças e ultrapassar a ligação a estruturas culturais de domínio e de opressão.

A narrativa das práticas do quotidiano das mulheres cobre um vastíssimo campo, que vai desde a tradição à educação, do emprego à saúde, da política à florestação. Mas esta narrativa é por vezes tristemente limitada a histórias de violência, com as suas estratégias discursivas frequentemente metafóricas. No que diz respeito à narrativa nacional, as mulheres são quase sempre personagens secundárias, subjugadas a estereótipos aparentemente atemporais, a novas dicotomias e a formas mais ou menos encobertas de hegemonia de género, também visíveis na moderna cultura popular e nos meios de comunicação de massas. Mas todas estas narrativas polifónicas desafiam o investigador a reflectir e a questionar quais as metodologias mais adequadas aos estudos de género contemporâneos, no encontro constante entre o Ocidente e o Oriente. Ao trabalhar numa adaptação epistemológica, os estudos de género centrados na Ásia devem ter em mente as antigas relações entre feminismo e sistema colonial, bem como a dimensão simultaneamente global e local das problemáticas de género na actualidade, que ditam as especificidades da agenda feminista asiática e o respectivo conceito de emancipação feminina. O feminismo existe no interior de territórios sociais bem marcados e actua de acordo com as suas dicotomias de género específicas. É por isso que as ideias derivadas de estudos sobre as mulheres noutros locais do mundo estão a ser avaliadas

pela sua utilidade para ajudar a perceber e a investigar fenómenos regionais por toda a Ásia.

Regressando a Edward Said, e segundo ele, conceitos como “o Oriente”, “o Islão” ou “os árabes” são demasiadamente vastos para serem agrupados e apresentados como um todo coerente, abrangendo tudo o que sobre eles há para saber, tendo em conta a sua vastidão e complexidade. O mesmo sucede com as

questões de género nesse mesmo “Oriente” (e em todo o mundo): “as mulheres” são uma categoria errónea e redutora no seu simplismo, quando, novamente, as mulheres são agrupadas e representadas como um todo homogêneo, tal como aqui foi demonstrado pela multiplicidade de vozes e narrativas de mulheres asiáticas, contextualizadas dentro das suas variadas experiências, estruturas de pensamento e práticas culturais. **RC**

NOTAS

- 1 Edward Said, *Orientalismo: Representações Ocidentais do Oriente*. Trad. Pedro Serras. Lisboa: Livros Cotovia, 2004 [1978], p. 24.
- 2 Consultar, por exemplo, Susan Bassnett; André Lefevere, *Constructing Cultures: Essays on Literary Translation*. Clevedon: Multilingual Matters, 1998.
- 3 Sherry Simon, *Gender in Translation. Cultural Identity and the Politics of Transmission*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 1996.
- 4 Walter L. Williams, *Javanese Lives: Women and Men in Modern Indonesian Society*. New Brunswick/Londres: Rutgers University Press, 1991.
- 5 Sirima Kiribamune; Vidyamali Samarasinghe (eds.), *Women at the Crossroads: A Sri Lankan Perspective*. Nova Deli: Vikas Publishing House, 1990.
- 6 Swarna Jayaweera (ed.), *Women in Post-Independence Sri Lanka*. Nova Deli/Londres: Sage Publications, 2002.
- 7 Usha Nayar, *Women Teachers in South Asia. Continuity, Discontinuity and Change*. Deli: Chanakya Publications, 1988.
- 8 Wil Lundstrom, “Gendered Borders: About Some Professional Women in Malaysia”, in Maria Johanna Schouten (org.), *A Ásia do Sudeste: História, Cultura e Desenvolvimento*. Lisboa: Vega, 1998, pp. 105-118.
- 9 Anoja Wickramasinghe, *Deforestation, Women and Forestry: The Case of Sri Lanka*. Utreque: International Books, 1994.
- 10 Michele Ruth Gamburd, *The Kitchen Spoon's Handle: Transnationalism and Sri Lanka's Migrant Housemaids*. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 2000.
- 11 Rolando Tolentino, “Bodies, Letters, Catalogs: Filipinas in Transnational Space”, in Shirley Geok-Lin Lim; Larry Smith and Wimal Dissanayake (eds.), *Transnational Asia Pacific: Gender, Culture and the Public Sphere*. Chicago: University of Illinois Press, 1999, pp. 43-68.
- 12 Sasanka Perera, *Stories of Survivors: Socio-Political Contexts of Female Headed Households in Post-Terror Southern Sri Lanka*. Nova Deli: Vikas Publishing House, 1999.
- 13 Alex Argenti-Pillen, *Masking Terror: How Women Contain Violence in Southern Sri Lanka*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2003.
- 14 Ibidem, pp. 21 e ss.
- 15 Barbara Watson Andaya (ed.), *Other Pasts: Women, Gender and History in Early Modern Southeast Asia*. Honolulu: University of Hawai'i at Manóa, Center for Southeast Asian Studies, 2000.
- 16 Neloufer De Mel, *Women and the Nation's Narrative: Gender and Nationalism in Twentieth Century Sri Lanka*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2001.
- 17 Rochayah Machali, “Women and the concept of power in Indonesia”, in Susan Blackburn (ed.), *Love, Sex and Power: Women in Southeast Asia*. Victoria (Austrália): Monash Asia Institute, 2001, p. 2.
- 18 Num contexto distante mas algo semelhante, ver também Irllys Alencar Firmo Barreira, “Ritualisations du Féminin Lors d'une Campagne Électorale au Brésil”, in *Anthropologies et Sociétés*, vol. 25, n.º 3, 2001, pp. 31-49.
- 19 Ernesto Laclau, *New Reflections on the Revolution of Our Time*. Londres: Verso, 1990, p. 33.
- 20 Robert Connell, *Gender and Power: Society, the Person, and Sexual Politics*. Cambridge: Polity Press, 1991, p. 109.
- 21 Michel Foucault, *The History of Sexuality*. Trad. Robert Hurley. Nova Iorque: Vintage Books, 1990, p. 93.
- 22 Ver Alexander, Soucy “Romantic love and gender hegemony in Vietnam”, in Susan Blackburn (ed.), *Love, Sex and Power: Women in Southeast Asia*, pp. 31-41.
- 23 Nurul Ilmi Idrus, “Marriage, sex and violence”, in Susan Blackburn (ed.), *Love, Sex and Power: Women in Southeast Asia*, pp. 43-56.
- 24 Julia Kristeva, “A New Type of Intellectual: The Dissident”, trad. Sean Hand, in Toril Moi (ed.), *The Kristeva Reader*. Oxford: Blackwell Publishing, 2002 [1986], p. 297.
- 25 Malathi de Alwis, “Motherhood as a Space of Protest: Women's Political Participation in Contemporary Sri Lanka”, in Patricia Jeffery; Amrita Basu (eds.), *Resisting the Sacred and the Secular: Women's Activism and Politicized Religion in South Asia*. Nova Deli: Kali for Women, 2001 [1998], pp. 185-201.
- 26 Thelma B. Kintanar; Ungku Maimunah Tahir; Koh Tai Ann; Toeti Heraty (eds.), *Emergent Voices: Southeast Asian Women Novelists*. Quezon City: University of the Philippines Press, 1995.
- 27 Elsbeth Locher-Scholten, *Women and the Colonial State: Essays on Gender and Modernity in the Netherlands Indies 1900-1942*. Amsterdão: Amsterdam University Press, 2000.
- 28 Jean Gelman Taylor (ed.), *Women Creating Indonesia: The First Fifty Years*. Clayton (Austrália): Monash Asia Institute, 1997.
- 29 Clifford Geertz, *Local Knowledge: Further Essays in Interpretive Anthropology*. Londres: Fontana Press, 1993 [1983], p. 70.
- 30 Jo Rowlands, “A word of the times, but what does it mean? Empowerment in the discourse and practice of development”, in Haleh Afshar, *Women and Empowerment: Illustrations from the Third World*. Londres: MacMillan, 1998, p. 3.
- 31 Patricia Jeffery, “Agency, Activism, and Agendas”, in Patricia Jeffery; Amrita Basu (eds.), *Resisting the Sacred and the Secular: Women's Activism and Politicized Religion in South Asia*. Nova Deli: Kali for Women, 2001 [1998], p. 238.
- 32 Clifford Geertz, *Local Knowledge: Further Essays in Interpretive Anthropology*, p. 161.